

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia**

**26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

**GT 39 – Sociologia digital**

**Ocupando as escolas e as redes: o uso de novas tecnologias por  
estudantes secundaristas de SP e RS em processo de mobilização**

Eduardo Georjão<sup>1</sup>

Bruno Casalotti<sup>2</sup>

---

1 Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Sociologia pela UFRGS. Doutorando em Sociologia pela UFRGS. Contato: eduardo.g.fernandes@gmail.com.

2 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Centro Universitário FIAM-FAAM. Contato: brunocasalotti@yahoo.com.br.

## 1 – Contexto e cronologia: a trama entre os jornais e as redes sociais

Desde 2015, uma nova tática adotada pelo movimento estudantil secundarista tem recolocado as lutas sociais de estudantes nos noticiários e no debate político brasileiro: a ocupação de escolas. Trata-se de uma tática nova no Brasil, a despeito de estudantes de outros países da América Latina já terem utilizado desse expediente para suas reivindicações. Essa tática dos jovens secundaristas brasileiros também difere substancialmente dos seus antecessores universitários que em meados dos anos 2000 protagonizaram ocupações de reitorias em universidades (sobretudo públicas). Neste caso, os alvos eram sobretudo os prédios administrativos da burocracia universitária. Já os secundaristas objetivaram transformar a própria escola em uma “segunda casa” durante algumas semanas, deslocando o foco dos conflitos para o próprio local de estudo. Cabe aqui fazer uma breve contextualização deste movimento e de suas principais motivações políticas e sociais. Para tanto, usaremos como fonte primária, neste excerto, notícias e reportagens veiculados através da imprensa tradicional, além de postagens feitas no *Facebook* por páginas das ocupações e de outros canais multimídia. Como fonte secundária, utilizaremos a pesquisa feita por Campos, Medeiros e Ribeiro (2016). Através destes elementos, buscaremos reconstituir brevemente a cronologia dos acontecimentos.

De uma maneira mais ampla, podemos observar a profusão das ocupações de escolas por diversas regiões do Brasil entre 2015 e 2016. O primeiro destes movimentos ocorre no estado de São Paulo, contra o projeto denominado Reorganização Escolar alavancado pelo governo estadual paulista. Segue-se ao movimento de SP a mobilização dos estudantes de Goiânia contra a transferência da administração escolar goiana a entidades filantrópicas e Organizações Sociais<sup>3</sup>. O estado do Rio Grande do Sul também registrou, em maio de 2016, uma “onda” de escolas ocupadas – com destaque para a massificação do movimento no interior gaúcho – contra condições precárias de infraestrutura de escolas e do salário dos professores<sup>4</sup>. Ao longo do ano, houve tentativas

---

3 “Os alunos [de Goiânia] protestam contra o novo modelo de gestão proposto pelo governo, que transfere a administração das escolas a entidades filantrópicas, as organizações sociais (OS). [...] ‘Não houve diálogo algum. Estamos lutando por melhorias na educação. Estamos cansados de receber migalhas enquanto o dinheiro fica no bolso dos grandes’, diz Guilherme, de 16 anos. Os estudantes pedem que o edital de chamamento das OS, publicado no final do ano passado, seja revogado e que o governo discuta o modelo com a comunidade escolar. ‘Em São Paulo, as ocupações deram certo, o que temos a perder? Eles acreditaram. Vamos fazer isso porque acreditamos que vai dar certo’, acrescenta.” (TOKARNIA, 2016)

4 “Em várias escolas do interior gaúcho, os responsáveis pelas ocupações afirmam que seu engajamento deu-se de forma espontânea, sem articulação com entidades estudantis ou partidos políticos. Apesar disso, as pautas coincidem: envolvem uma denúncia do sucateamento do colégio, um ataque à política

de se criar movimentos parecidos também em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em estados da região Nordeste. Por fim, registra-se a “onda” de escolas ocupadas no estado do Paraná contra a Medida Provisória 746 (conhecida como “MP do Ensino Médio”) e o Projeto de Emenda Constitucional 241 (a PEC do teto nos gastos públicos, ilustrativamente apelidada pelos estudantes de “PEC do Fim do Mundo”). Em comum, essas diferentes ocupações tiveram como pano de fundo o protesto por participação da sociedade civil nos processos decisórios do Estado em relação às políticas públicas voltadas à educação.

Com exceção do movimento paranaense, as ondas de São Paulo, Goiânia e Rio Grande do Sul conduziram uma agenda estadual de reivindicações. Por essa razão, ainda é cedo para se categorizar tais mobilizações como sendo parte de um mesmo bojo. Trata-se de um trabalho que demanda uma pesquisa mais aprofundada, a qual não nos cabe fazer aqui. Todavia, um olhar detido sobre as ocupações de São Paulo em 2015 permite-nos aferir preliminarmente que houve ali um ciclo<sup>5</sup>. Trata-se de um ciclo relevante para uma análise científica, posto que serviu de modelo e inspiração para os movimentos subsequentes<sup>6</sup>. Como todo ciclo de mobilização, este possui uma trajetória inicial (o estopim), um desenvolvimento (a massificação) e um desfecho. Segue-se aqui um esforço para estabelecer uma breve cronologia dos acontecimentos daquele momento.

## 1.1 – São Paulo

O prelúdio se dá entre setembro e outubro de 2015, com o anúncio do projeto de Reorganização Escolar (que viria a ser deflagrado com o Decreto 61.672/2015) pelo governador Geraldo Alckmin (SÃO PAULO, 2015). Dentre outras reformas administrativas,

---

de parcelamento dos salários dos professores e causas mais gerais, como o projeto de lei 44, interpretado como uma tentativa de ‘privatizar o ensino’” (MELO, 2016).

5 O conceito de “ciclo” é aqui utilizado de maneira hipotética a partir da referência de Tarrow (2011). Exponente da chamada escola da Teoria do Processo Político (TPP) no campo de uma sociologia dos movimentos sociais, Tarrow argumenta que determinados ciclos de movimentos sociais podem ocorrer quando há mudanças em estruturas de oportunidades políticas (tanto no âmbito institucional, quanto nos meios informais) que favorecem a mobilização de grupos que estão fora do *mainstream* dos processos decisórios do Estado. Esse é apenas parcialmente a realidade do movimento dos estudantes paulistas – caso se tome o fim do ciclo como o fim da “onda” de 2015 em São Paulo. Isso porque, para a TPP, os ciclos geralmente se encerram com a incorporação destes *outsiders* à institucionalidade – o que não foi o caso dos secundaristas de SP. A tática das ocupações, como se sabe, no entanto, se espalhou por outros estados da federação. As recentes “ondas” ocorridas tanto no Paraná quanto em diversas universidades públicas contra a “PEC do Teto” sugerem que este ainda não seja um ciclo encerrado. Todavia, prosseguir com este debate não é o objetivo deste texto. Mas fica o indicativo para reflexões futuras.

6 Na 1ª nota citamos o caso do estudante Guilherme, de Goiânia, que faz referência direta à mobilização de São Paulo. Para o caso gaúcho, temos a entrevista dada por Maria Rehder (coordenadora da *Campanha Nacional pelo Direito à Educação*) ao jornal Zero Hora, em que diz: “São Paulo, onde ocorreram as primeiras ocupações, foi a inspiração. Significou a descoberta de uma nova estratégia de mobilização, que se adaptou às particularidades de cada Estado” (MELO, 2016).

o projeto implicava a autorização para a realocação de quadros do funcionalismo da Secretaria da Educação. Na prática, conforme anunciado pelo próprio governo, a reforma geraria o fechamento de 93 de unidades escolares e, conseqüentemente, transferência de alunos para outras regiões<sup>7</sup>. A medida foi justificada como necessária para se melhorar a qualidade da educação pública de São Paulo. Os ajustes seriam necessários para se implantar o sistema de escola integral em algumas unidades, e as escolas fechadas poderiam servir a outras finalidades (como por exemplo a transformação dos prédios em ETECs, FATECs ou creches).

Os estudantes reagiram com incredulidade face a versão oficial do governo. Alegavam que tal medida teria sido tomada sem o devido debate com a população. Num primeiro momento, adotou-se a tática das manifestações de rua, acarretando inclusive atos que terminaram em conflito direto com a Polícia Militar<sup>8</sup>. A postura inicial do executivo estadual, no entanto, foi de não atender às demandas estudantis. Diante desse contexto, os alunos passaram a experimentar outra tática de reivindicação: a ocupação de escolas, sendo a primeira delas na E.E. Diadema no dia 9 de novembro de 2015<sup>9</sup>. Este pode ser considerado o estopim do ciclo, posto que jovens de outras localidades passaram a seguir o exemplo dos estudantes do ABC paulista.

### **Figura 1 – Postagem da página Não fechem minha escola, no Facebook, 26/11/2015**

---

7 “A Secretaria da Educação de São Paulo divulgou nesta quarta-feira (28/10/2015) a lista de escolas da rede estadual de 35 municípios que serão ‘disponibilizadas’, ou seja, que serão fechadas como escola da educação básica e seus prédios serão reaproveitados para outro uso educacional.” (GUILHERME, 2015).

8 “Estudantes de escolas públicas fizeram na manhã desta quinta-feira (15/10/2015) um protesto por vias da capital paulista contra a reestruturação da rede de ensino estadual que o governo paulista pretende implantar já a partir do início de 2016. Com a mudança, cada unidade escolar passaria a receber apenas alunos de um dos ciclos da educação. Mais de 1 milhão de alunos precisariam ser transferidos com a medida. Ao final da manifestação, no Palácio dos Bandeirantes, na Zona Sul de São Paulo, houve tumulto.” (SOARES, 2015).

9 “Um grupo de 20 estudantes ocupa o prédio da Escola Estadual Diadema, localizada no centro de Diadema, desde as 19h de segunda-feira (9/11/2015). Os alunos são contra a reorganização escolar da rede estadual de São Paulo.” (ARAÚJO, 2015)



Fonte: [facebook.com/naofecheminhaescola/](https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/)

A partir desse momento ocorre a massificação da mobilização, com a proliferação de ocupações por outras regiões do Estado. O movimento chegou a ter mais de 200 unidades ocupadas, segundo dado divulgado pelos próprios manifestantes (vide Figura 1). Os elementos sociais e comunicacionais desta massificação serão abordados adiante. Na sequência, com o governo estadual e os estudantes já em uma disputa aberta pela legitimidade da Reorganização Escolar, ocorre o vazamento de uma gravação em áudio que daria um rumo especial à trajetória da mobilização. No áudio se registrava uma reunião com cerca de quarenta dirigentes de ensino do estado, recebendo instruções de Fernando Padula Novaes, chefe de gabinete do secretário de educação Herman Voorwald. As instruções foram seguidas de declarações de que a secretaria de educação estava “em guerra” com o movimento e que, portanto, deveria tomar “ações de guerra”<sup>10</sup>. O áudio “viralizou” pelas redes sociais, em especial o Facebook, gerando opiniões controversas na opinião pública. Decorre disso ocorre um aumento no apoio popular aos estudantes paulistas, inclusive com a adesão de artistas e personalidades midiáticas, como por exemplo a apresentadora Paola Carosella<sup>11</sup> e os cantores Paulo Miklos, Criolo, Edgar Scandurra e Maria Gadú<sup>12</sup>.

10 “Na gravação, o chefe de gabinete Padula repete inúmeras vezes que todos ali estão ‘em uma guerra’, que se trata de organizar ‘ações de guerra’, que ‘a gente vai brigar até o fim e vamos ganhar e vamos desmoralizar [quem está lutando contra a reorganização]’. Fala-se da estratégia de isolar as escolas ocupadas mais organizadas.” (CAPRIGLIONE, 2015).

11 “Paola Carosella foi até uma das escolas estaduais que estão ocupadas em São Paulo, a Fernão Dias Paes, em Pinheiros, para cozinhar para os estudantes que estão no local, neste domingo, 6/12/2015. Em foto postada na página criada pelos alunos no Facebook, a chef, que é uma das juradas do programa ‘MasterChef’, aparece com um visual bem despojado e colocando a mão na massa com uma frigideira no fogo enquanto um jovem corta legumes na pia. A imagem, cerca de 12h depois de postada, já tinha mais de 25 mil curtidas e 7 mil compartilhamentos.” (MASELLI, 2015).

O desfecho se dá, por fim, com o recuo do governo estadual paulista. O recuo ocorre algumas horas depois da divulgação, no dia 04/12/2015, de pesquisa feita pelo instituto Datafolha – Pesquisa de Opinião nº 813824 (DATAFOLHA, 2015), realizada entre 25 e 26 de novembro de 2015. A pesquisa indicou reprovação de 30% da população ao governador (o pior índice dentre todos os seus mandatos) e o apoio de 61% à mobilização dos estudantes. Como consequência, houve a suspensão temporária do projeto, com a revogação do Decreto 61.672/2015, bem como a demissão do secretário de educação Herman Voorwald. Aos poucos os estudantes foram desocupando as escolas, posto que a reivindicação central havia sido atendida. Segue-se a isso que o movimento foi tido como “vitorioso”. Em declaração feita no Palácio dos Bandeirantes, Alckmin reconhece o movimento dos estudantes e se compromete a estabelecer um diálogo com a população a respeito do projeto<sup>13</sup>.

## **1.2. – Rio Grande do Sul**

O movimento de ocupações nas escolas do Rio Grande do Sul inicia-se em maio de 2016. O movimento, que contou com mais de uma centena de escolas ocupadas já na primeira semana (CAMPOS; MEDEIROS, 2016), já era planejado desde o início de abril de 2016 por grêmios estudantis, articulados por meio da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e com o apoio do sindicatos de professores do estado, o Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS).

No Rio Grande do Sul, diferentemente do que ocorreu em São Paulo, não se identifica um ato ou projeto específico do governo estadual que tenha sido o estopim das mobilizações. As ocupações tiveram como pauta central a melhoria da infraestrutura escolar. Assim, cada unidade escolar elaborou uma lista de demandas acerca dos seus problemas estruturais ao governador do estado, José Ivo Sartori, do PMDB. Secundariamente, buscou-se barrar projetos de lei como o PL 44/2016 da Assembleia Legislativa do RS, que prevê que entidades privadas sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais, possam firmar parcerias com o poder público para exercer atividades em áreas como o ensino, e o PL n. 867/2015, que versa sobre as diretrizes do “Programa Escola sem Partido”.

---

12 “Em apoio aos estudantes das escolas ocupadas contra a reorganização escolar do governo Geraldo Alckmin (PSDB), artistas e voluntários farão uma Virada Cultural nas unidades tomadas neste domingo, 6/12/2015. Paulo Miklos, do Titãs, Edgar Scandurra, do Ira!, Criolo e Maria Gadú confirmaram a participação em shows, que devem acontecer em duas escolas.” (PALHARES, 2015).

13 Geraldo Alckmin decide suspender reorganização escolar (in: <https://youtu.be/uvGnyNVu4xM>, acessado pela última vez em 27/12/2016).

A primeira escola ocupada foi o Colégio Estadual Emílio Massot, em 11 de maio de 2016. A decisão sobre ser a escola ocupada não partiu de um acordo com outras unidades, mas sim de forma independente (FARINA; SCIERA, 2016). A partir de então, outras escolas passaram a seguir o mesmo caminho, e em 23 de maio o número total de unidades ocupadas ultrapassou 150. A mobilização ocorreu concomitantemente à greve dos professores estaduais, havendo um somatório de forças entre estudantes e professores (G1-RS, 2016c).

Algumas características das ocupações podem ser traçadas. A primeira delas é a independência ou o apartidarismo. A proposta das ocupações seguiu a ideia de que o apoio de partidos políticos e outros grupos seria possível, mas que o protagonismo estudantil seria mantido. Arelada a essa característica, situa-se a ideia de horizontalidade, ou seja, da ausência de lideranças formais e de organizações hierárquicas e representativas (LAMEIRÃO, 2016).

No dia 11 de maio de 2016, a página do Facebook “Ocupa Massot” publica os “princípios” que guiam a ocupação:

Figura 2 – Postagem da página Ocupa Massot, no Facebook, 11/05/2016



Fonte: <https://www.facebook.com/Ocupamassot/>

Ainda, os relatos coletados referem a troca de experiências dos estudantes gaúchos com ocupantes de escolas em outros estados do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás (FARINA; SCIERA, 2016). Embora não tenhamos elementos para fazer uma análise detalhada do grau de importância dessas trocas para a difusão das táticas de ocupação pelo país, a ocorrência desses intercâmbios dá indícios da centralidade tanto desse diálogo quanto da utilização de tecnologias informacionais para a efetivação do diálogo. O desfecho parcial das ocupações dá-se em 14 de junho de 2016, quando o governo fecha um acordo com os estudantes (parte deles ocupava nesse momento a Assembleia Legislativa). Pactua-se a criação de um Fórum Permanente composto por representantes do governo e estudantes; o investimento em obras nas escolas; a nomeação de professores; o repasse de verbas atrasadas; a não votação do PL 44/2016 naquele ano; a não penalização dos estudantes (G1-RS, 2016b).

Porém, esse acordo não é amplamente aceito pelos estudantes, formando-se o Comitê das Escolas Independentes (CEI). Nesse momento configura uma cisão entre diferentes unidades escolares em torno dos rumos do movimento. O principal pleito desse comitê foi a retirada em definitivo do PL 44/2016 da pauta da Assembleia Legislativa. Durante o mês de junho, estudantes do CEI ocupam a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) do governo do estado do RS. A ocupação é duramente reprimida em 15 de junho (SUL21, 2016), e os estudantes são forçados a desocupar, seguindo-se posteriormente a mobilização de outras táticas, como a realização de eventos de protesto, para continuidade do movimento. A desocupação das escolas que constituíram o CEI dá-se progressivamente, durante o final do mês de junho de 2016.

## **2 – Teoria dos movimentos sociais**

Em sociologia, sobretudo no campo de estudos sobre os movimentos sociais, há diferentes linhas de pensamento que merecem ser brevemente salientadas aqui. Segundo Alonso (2009), as principais escolas de pensamento nesse campo são: (i) a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR); (ii) a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS); e a Teoria do Processo Político (iii). Como referencial teórico-metodológico, adotaremos neste texto alguns dos pressupostos teóricos da TPP. Trata-se do conjunto teórico que, em princípio, se adapta satisfatoriamente ao nosso objeto. O cerne da questão colocada por essa escola é como compreender a mobilização social através de uma combinação de fatores que vão do âmbito político ao histórico-cultural. Tributa-se à TPP, no entanto, dois



conceito que aqui nos parecem úteis para compreender a dinâmica do movimento das “Escolas de Luta”: os de *estruturas de mobilização* e de *enquadramentos interpretativos da ação coletiva*.

As estruturas de mobilização (TILLY; TARROW, 2007) são as bases organizacionais pré-existentes (exemplos: associações, redes de relacionamento) que fornecem a estrutura necessária para o engajamento de atores em processos de mobilização. Nas teorias tradicionais da ação coletiva, as estruturas de mobilização são objetivadas em organizações em torno das quais atores que compartilham determinada(s) reivindicação(ões) formulam estratégias e táticas e constituem determinada identidade coletiva<sup>14</sup>. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é o exemplo de uma organização tradicional que, ao aglutinar atores em torno da causa da reforma agrária, opera como estrutura de mobilização.

Os enquadramentos interpretativos da ação coletiva são definidos por Snow e Benford como o “esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado” (SNOW; BERNFORD, 1992, p. 137). Sinteticamente, os enquadramentos são a forma como, dentre as diversas possibilidades de interpretação da realidade, os atores envolvidos em ações coletivas comunicam mensagens acerca de elementos da disputa política (reivindicações, injustiças, características dos atores opositores, etc.).

No movimento das “Escolas de Luta”, um fenômeno central é a utilização de redes sociais como o *Facebook* para organização e difusão das reivindicações do movimento. Postula-se aqui que uma observação atenta destas redes constitui uma área a ser explorada, pois abrange diversas possibilidades de discussão. A intersecção entre a temática dos movimentos sociais e de uma sociologia das novas mídias digitais ocorre por meio da mobilização dos conceitos de estruturas de mobilização e enquadramentos interpretativos da ação coletiva. Essa interface pode ocorrer em linhas empíricas distintas.

Como forma de mediar diferentes proposições teóricas, um possível referencial é o de Bennet e Segerberg (2013). Tratam-se de autores que retomam a linha da TPP, cunhando a expressão “ação conectiva” em resposta às dificuldades de se associar as novas questões informacionais e comunicacionais à tradicional ideia de “ação coletiva” (ou “sujeito coletivo”). Os autores argumentam que as mobilizações de massa recentes se

---

<sup>14</sup> Há uma ampla discussão teórica sobre o conceito de “identidade coletiva”. Adentrar nos detalhes desse debate não é o objetivo deste trabalho.

explicam menos pelo poder da tecnologia em si. Outrossim, explicam-se mais pelo aumento de uma certa parcela de individualidade, em processos de *contentious politics*, que tendencialmente não conformam “identidades coletivas” nos formatos propostos pela literatura tradicional da área. Dessa forma, estaríamos diante de um fenômeno de adesão personalista (ou individualizada) a determinadas causas sociais, algo que ocorre no compasso do descrédito a partidos políticos e movimentos sociais tradicionais. Nesse sentido, os autores observam um deslocamento da ação política: de manifestações formalmente organizadas para “trajetórias de engajamento através de simples discursos cotidianos, ancorados em estilos de vida, e compartilhados em redes sociais” (idem, p.2. Tradução nossa.).

Ao tomar o caso do movimento das “Escolas de Luta” a partir dessa perspectiva, cria-se a hipótese de que teria havido ali indícios de uma “ação conectiva”, tal qual sugerido por Bennet e Segerberg (idem). A atração de aliados exógenos ao movimento, num primeiro momento, e, por fim, de diversos setores da opinião pública, reforça essa sugestão. Desta feita, propomos uma análise de rede de alguns canais criados em plataformas digitais, mais especificamente o *Facebook*. Nas seções seguintes, apresentamos a análise de alguns canais citados por Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) em sua investigação, adotando as indicações dos autores como referência inicial para um campo de pesquisa. Os dados apresentados foram recolhidos através do software *Gephi*, uma ferramenta exploratória, mas que permite levantar dados estatísticos sobre este tipo de canal (BASTIAN et al., 2009). Segue-se a isso uma interpretação dos dados a partir de algumas questões levantadas por Bennet e Segerberg (2013).

### **3 – Ação conectiva e canais de multimídia no Facebook**

#### **3.1 – O Mal Educado**

A página O Mal Educado (<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/>) na sessão “Sobre”, define-se da seguinte forma: “O coletivo ‘O Mal-Educado’ busca registrar, divulgar e fortalecer experiências de luta e organização vividas por alunos de diferentes escolas”. Apesar de se definir como organização (ou coletivo), não há informações públicas sobre participantes e responsáveis sobre tal. Num primeiro momento, o canal se assemelha mais com um veículo de reprodução de informações do que meio de propaganda de um agrupamento político específico. Até o dia 31/12/2016, a página contava com aproximadamente 83.000 *likes*.

O número de *likes* d’O Mal Educado não é tão elevado, se comparado a outras páginas existentes no Facebook. Um dado relevante, todavia, é que a teia constituída pelo

canal, segundo levantamento obtido através do *Gephi*, possui 100 nós (ou seja, 100 curtidas em outras páginas). Estas curtidas operam como meio de se manter contato com estes outros canais, posto que o Facebook periodicamente atualiza as linhas do tempo (*timelines*) de páginas e pessoas de acordo com seus *likes*.

Há conexões com páginas do movimento de ocupações de outros estados (sobretudo do RJ e GO). Este é um dado previsível, posto que, conforme sugerido anteriormente, a mobilização de SP servira como inspiração para a movimentação em outros locais do país. Há um grupo de páginas que setorialmente cumprem o papel de veículos alternativos de informação (não hegemônicos), como o Passa Palavra<sup>15</sup>. O canal possui web site próprio (<http://passapalavra.info/>), onde circulam textos de cunho político e social, bem como informações sobre lutas e conflitos sociais, sobretudo no Brasil. No site é possível encontrar textos de cobertura dos acontecimentos de 2015, e artigos de opinião sobre o tema.

Há, por exemplo, o texto do estudante Cauê Borges (publicado em 10/01/2017) que narra a sua participação no movimento, bem como um balanço das disputas de poder entre agrupamentos pela direção dos estudantes. No mesmo texto, o autor revela a conexão entre grupos como o Movimento Passe-Livre (MPL, considerado como o principal articulador das manifestações de 2013 no Brasil), o Grupo Autônomo Secundarista (G.A.S., cuja página também consta na teia supracitada, (<https://www.facebook.com/GAS-Grupo-Autonomo-Secundarista-1653321511585431/>) e o próprio O Mal Educado:

[...] eu iniciei minha militância nos atos de junho e logo depois entrei no Movimento Passe Livre. Particpei das ocupações como militante do GAS (Grupo Autônomo Secundarista) e que no meio do processo entrou para o coletivo O Mal Educado, no qual muitos passaram pelo MPL e saíram com críticas públicas e internas. [...] A atuação do Mal Educado foi descentralizada, com maior foco na E.E Diadema, E.E. Fernão Dias e E.E. Salvador Allende, não sendo coincidência essas três terem sido as primeiras escolas a serem ocupadas, começando no dia 9 de novembro. Como uma explosão, a tática foi abraçada pelos estudantes e, em uma semana, pelo menos 12 escolas foram ocupadas, algumas sem interferência direta do Mal Educado. Outras organizações perceberam a possível força do movimento e iniciaram seus trabalhos nas escolas. (BORGES, 2017)

O depoimento de Borges confirma a sugestão de que O Mal Educado não é apenas um canal de multimídia, como também um coletivo de organização estudantil. Além do texto do autor e o conteúdo dos textos veiculados pela página, laços com organizações como o MPL sugerem que uma parte significativa da teia virtual d'O Mal Educado conformam uma

---

15 <https://www.facebook.com/passapalavra/>, identificado como: "Jornal on-line do Coletivo Passa Palavra. Somos um grupo de orientação anticapitalista, independente de partidos e demais poderes políticos e econômicos, formado por colaboradores de Portugal e do Brasil, Portugal e do Brasil, cujo intuito maior é o de construir um espaço comunicacional que contribua para a articulação e a unificação prática das lutas sociais." Acesso em: 31/12/2016.

espécie de campo autonomista. A grande presença de tendências autonomistas nas mobilizações recentes é tema recorrente em análises e debates, principalmente desde o ciclo de manifestações de junho de 2013.

A atração de indivíduos não alinhados a movimentos sociais organizados é, portanto, ponto nevrálgico na tática de coletivos como O Mal Educado. Essa “tática do descontrole” acontece em momentos em que indivíduos exógenos ao movimento encontram meios personalistas de participar da mobilização (não se diluindo, portanto, em organizações e centralismos). Assim, de acordo com essa visão tática, a reprovação da população a Geraldo Alckmin em 2015 foi uma resposta do governo estadual a uma situação de “descontrole”. Essa suposição é válida, desde que se considere o papel da página do coletivo nas redes sociais.

Uma visualização dos dados estatísticos da tei sugere que o canal operou como um ponto de aglutinação de páginas de ocupações (publicadas pelos próprios alunos ocupantes). Dos 100 nós, aproximadamente 88 são de páginas de escolas ocupadas. Para as escolas ocupadas, é estratégico que haja um canal aglutinador, que promova a interconexão entre diferentes páginas e plataformas. É através dessa interconexão que os manifestantes obtêm informações importantes para tomar suas decisões locais. Sabendo-se que essa foi uma mobilização de alcance estadual, seria improcedente reunir representantes de todas as ocupações sempre que uma decisão importante. Diante disso, canais como O Mal Educado atuaram no sentido de facilitar, através das redes sociais, os diálogos multilaterais entre os protagonistas.

A imagem da Figura 3 serve como ilustração desse papel cumprido pela página. Na primeira semana de dezembro de 2015, o governo Alckmin já demonstrava sinais de enfraquecimento diante da “viralização” das ocupações. Ponto importante deste momento é quando o Ministério Público de SP promove uma ação civil pública questionando a Reorganização Escolar no TJ-SP. No dia 04/12/2015, o juiz Iberê de Castro Dias, da Vara da Infância e Juventude de Guarulhos, concede liminar suspendendo o projeto. Essa liminar, no entanto, só valeria para as escolas guarulhenses, o que gerou dúvidas entre os estudantes de outros municípios quanto ao alcance da decisão judicial. Nesse sentido, O Mal Educado publica uma postagem informativa ao conjunto do movimento, esclarecendo que a vitória era localizada, e que as escolas deveriam permanecer ocupadas para que a Reorganização fosse derrotada em todo o Estado.

Nos comentários desse tipo de postagem encontramos o diálogo direto de estudantes com a página. Ressalte-se aqui a modulação individualista e personalista dessa comunicação, algo que é próprio de um contexto de ação conectiva. Nesses diálogos, a

página O Mal Educado desfaz maus entendidos sobre fatos e notícias veiculados pela grande imprensa, permitindo que os estudantes mantivessem as ocupações. Como o movimento foi caracteristicamente descentralizado, esse tipo de modulação informativa – rápida e dinâmica – permitiu a persistência do processo de “descontrole”, tal como vaticinado pelos autonomistas. Trata-se de uma comunicação sui generis, onde o emissor é uma entidade coletiva que se materializa em uma persona virtual (a página do Facebook), conversando *tête-à-tête* com perfis de pessoas reais. Esse mesmo tipo de fenômeno pôde ser verificado para o caso de outras páginas e canais da rede.

**Figura 3 – Postagem na página O Mal Educado no Facebook, no dia 04/12/2015 (comentários na postagem)**



Fonte: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp>

### 3.2 – Não fechem minha escola

A página Não fechem minha escola (<https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/>) na sessão “Sobre” define-se da seguinte forma: “Contra a absurda ‘reestruturação’ das escolas, todo apoio às ocupações! #respeiteaminhaescola”. Ou seja, não se define como coletivo. O canal se apresenta prioritariamente como um veículo de informações, e não como órgão oficial de alguma organização. Até o dia 31/12/2016, a página contava com aproximadamente 214.000 *likes*. O número de *likes* da Não fechem minha escola é consideravelmente maior que a d’O Mal Educado. Contrasta com esse dado, todavia, um número menor de nós na teia constituída pelo canal. Segundo levantamento obtido através do *Gephi*, possui 74 nós.

Assim como O Mal Educado, possui conexões com páginas de movimentos de ocupação de outros estados (ainda que com mais conexões, neste caso). O grupo de

páginas que cumprem o papel de veículos alternativos de informação, entretanto, difere significativamente. Em lugar de portais autonomistas, como o Passa Palavra, temos a página da Rede TVT (canal multimídia patrocinado pela central sindical CUT), o Democratize (veículo independente de mídia alternativa) e a rede Minha Sampa (rede de informação e cidadania, que conta com um portal na internet (<https://www.minhasampa.org.br/>)). Tais canais possuem pontos de conexão com estruturas mais tradicionais de associativismo na sociedade civil, como sindicatos e mesmo partidos políticos. Tal é o caso de outras páginas da teia do Não fechem minha escola: os canais Juntas, Juntos nas escolas, e Rede Emancipa são de coletivos ligados a tendências internas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Há também a página de Sâmia Bonfim, vereadora recém-eleita pelo PSOL na cidade de São Paulo (sublinhe-se que, na época do movimento das Escolas de Luta, Sâmia ainda não havia sido eleita). Enquanto denominamos a teia d'O Mal Educado como “campo autonomista”, aqui poderíamos falar de um “campo socialista-partidário”.

É possível observar as diferenças entre estes campos no conteúdo das postagens de cada página ao longo de 2016 – portanto, no período posterior às ocupações de 2015. De uma maneira bem geral, percebe-se em cada caso uma coerência com agendas políticas dos grupos políticos organizados correspondentes. N'O Mal Educado, as postagens expressam a agenda autonomista, as tentativas de disseminação das ocupações para outros estados da federação (nos moldes da “revolta popular” concebida pelo autonomismo), além de lutas contra o aumento no transporte público em localidades diversas. Na Não fechem minha escola, alguns destes temas também estão presentes, mas eles passam pelo sentido interpretativo da agenda de setores do PSOL. Há ali a tentativa discursiva de unificar lutas setoriais (como a do movimento estudantil) em grandes pautas, como a oposição ao governo de Michel Temer. Além disso, durante as eleições de 2016, a página Não feche minha escola promoveu postagens abertamente a favor da candidatura de Sâmia Bonfim e Luiza Erundina (prefeita). A questão eleitoral é, por assim dizer, o ponto de maior divergência entre os dois campos.

A presença de um “campo socialista-partidário” nas redes e, paralelamente, no bojo do movimento, contesta algumas das previsões de que partidos e estruturas mais burocratizadas de organização tivessem importância marginal nas mobilizações recentes. Esse tipo de constatação faz parte das reflexões de Bennet e Segerberg (2013). As dinâmicas dos protestos recentes oscilam entre orbitar em torno do agendamento colocado por coalizões e estruturas organizadas e fazer com que estes mesmos sujeitos sejam jogados para a margem das multidões. Este momento de marginalização é representado

por aquilo que os autonomistas chamam de “descontrole”. Ironicamente, no “descontrole” os próprios autonomistas perdem as possibilidades de conduzir a *contentious politics*. Cabe ressaltar aqui, no entanto, que segundo Bennet e Sergerberg (2013) o “descontrole”, que eles chamariam de *crowd-enabled connective action* (ação conectiva habilitada por uma multidão) não exclui totalmente a presença de estruturas organizadas. Uma vez que ela se dá em cascata, onde a multidão possui vários degraus de coesão, cada degrau é representado pela capacidade de um indivíduo (ou grupo) ativar sua própria rede dentro da rede maior. É precisamente alguns destes degraus que observamos aqui.

O efeito cascata pode ser observado quando O Mal Educado e a Não fechem minha escola se transformam em aglutinadores de comunicação entre diversos degraus. Nesse ponto, essas páginas deixam de ser apenas aportes propagandísticos de grupos que visam disputar os rumos da mobilização. Acabam por se tornar também ponto de encontro virtual entre manifestantes e entre apoiadores do movimento. Assim, observa-se que um dos nós da teia da Não fechem minha escola representa um *like* na página da apresentadora Paola Carosella (chef de cozinha que apresenta o programa Masterchef na Rede Bandeirantes de televisão). A figura de Paola Carosella é emprestada ao movimento, que utiliza-se do seu prestígio para atrair novos apoiadores na opinião pública. Como personalidade midiática, a sua imagem tem a vantagem de poder ter não somente caráter informativo, como também se prestar a um cruzamento de linguagens que possuem diferentes objetivos. Esse fenômeno resulta na expansão do enquadramento da ação coletiva, de forma que as reivindicações do movimento sejam difundidas para grupos exógenos ao movimento, mas que se identificam com a figura da apresentadora. A expansão de enquadramento ocorre, portanto, também ancorada em um processo de personalização.

### **3.3 – Comitê das Escolas Independentes**

No Rio Grande do Sul, a única página do *Facebook* que unifica diferentes unidades escolares em torno das ocupações é o “Comitê das Escolas Independentes” (CEI) (<https://www.facebook.com/ceicomiteindependente/>). Como já referido, esse comitê não aglutina todas as unidades escolares ocupadas, mas aquelas que foram contrárias ao acordo feito com o governo do estado para postergar a votação da PL 44/2016 (o comitê defende o arquivamento do PL). A criação da página data de 12 de junho, quando já havia ocorrido a desocupação das escolas que aceitaram a proposta do governo. Na sessão “Sobre”, o comitê define-se como “organização política”. O total de *likes* da página, em maio de 2017, era de 2.811, número substancialmente menor se comparado aos *likes* das páginas do movimento de São Paulo. Em levantamento feito pelo *Gephi*, constatou-se que

a página não curte outras páginas do *Facebook*, não constituindo-se uma rede de interação com outras páginas. O relativamente baixo número de curtidas e a ausência de uma rede de *likes* com outras páginas indica uma potência de articulação e de difusão menor em relação às páginas do movimento de São Paulo.

Quanto ao conteúdo da página, são publicadas chamadas, fotos, textos de divulgação das demandas e de denúncias (como no episódio em que estudantes que ocupavam o SEFAZ foram reprimidos pela polícia). O comitê situa-se no campo autonomista, sendo explicitamente contrário à ação de partidos durante as ocupações. Esse posicionamento expressa a cisão que ocorreu no movimento quando parte das escolas acatou acordo com o governo. Essa cisão é ilustrada na seguinte postagem, em que o CEI separa os “pelegos” (representados pelas juventudes de partidos como PT, PSOL e PCdoB) dos “combativos” (CEI).

**Figura 4 – Postagens na página Comitê das Escolas Independentes, no dia 16/06/2016 (separação entre “pelegos” e “combativos”)**



Fonte: <https://www.facebook.com/ceicomiteindependente/>

Essa postagem indica o esforço do CEI no sentido de delimitar sua identidade em oposição a outras organizações (partidos políticos), as quais teriam “aparelhado” o movimento. Essa delimitação, somada à ausência da constituição de uma rede com outras páginas e do número baixo de *likes*, indica o uso das redes sociais mais atrelado à construção de enquadramentos sobre as pautas, as injustiças combatidas e os opositores do movimento. Não há indícios de que a internet tenha sido utilizada como estrutura de mobilização, mas sim como meio de difusão (“propaganda”) de ações cuja articulação



operou-se preponderantemente *off-line*. No limite, a internet é utilizada para concretizar a cisão que ocorreu no movimento desde o acordo com o governo, ao invés de ser mobilizada para a expansão de uma rede unificada de apoiadores.

#### 4 – Considerações finais

A análise permite que sejam produzidas respostas parciais às problemáticas propostas. Pode-se indicar que alguns dos elementos da “ação conectiva” de Bennett e Segerberg estão presentes no caso do movimento das “Escolas de Luta” em São Paulo. A rede configurada pelos relacionamentos (*likes*) das páginas O Mal Educado e Não fechem minha escola demonstra que não apenas diferentes páginas intercambiam informações nesse rede, como também replicam conteúdos entre si, ampliando a difusão das mensagens do movimento para outros grupos além daqueles que centralmente estão engajados nas ocupações. Em outros termos, essa ampliação de mecanismos de difusão permite que atores apoiem e constituam o movimento mesmo que não façam parte de organizações tradicionais de movimentos sociais. Nesse sentido, conforme um dos elementos principais da ideia da “ação conectiva”, as organizações formais perdem centralidade, e a própria internet constitui-se como *estrutura de mobilização*. De qualquer modo, o caso indica que a internet não substitui organizações tradicionais (como partidos políticos), pois estas continuam a atuar. A convivência de diferentes estruturas de mobilização (e dentre elas a internet) parece ser a resposta mais adequada no caso. No caso do Rio Grande do Sul, por outro turno, a página Comitê de Escolas Independentes não constitui rede com outras páginas, e não há indícios de que a página tenha operado como estrutura de mobilização. Os resultados dão suporte para a preponderância das dinâmicas *off-line* na articulação do movimento.

Além disso, o caráter personalista da “ação conectiva” é identificado no conteúdo produzido e disseminado pelas páginas do Facebook. O exemplo da repercussão da postagem da presença de Paola Carosella em uma escola ocupada demonstra uma ampliação do *enquadramento interpretativo* da ação. A vinculação das reivindicações a uma figura pública de prestígio permite que a injustiça combatida pelo movimento seja enquadrada de modo que o significado produzido pela publicação atinja outros grupos (que não aqueles organicamente identificados com o movimento). A característica da personalização (mobilização desvinculada de vinculação formal a organizações de movimentos sociais) permite que se entenda um aspecto específico do que seria a “ação conectiva”, questionando-se leituras (baseadas em uma visão tradicional da ação coletiva) que desqualificam o “ativismo digital” por meio de expressões como “ativismo de sofá”. Ao

invés da mera desqualificação, cabe ao pesquisador compreender e explicar as novas dinâmicas instauradas pelo desenvolvimento de tecnologias informacionais. No caso do Rio Grande do Sul, o enquadramento, embora não se construa a partir de características personalistas, opera no sentido de diferenciar a identidade dos ativistas do Comitê das Escolas Independentes da identidade partidária, vinculando-se ao campo autonomista e rejeitando a política institucional e representativa.

Embora o caso empírico forneça indícios da relevância do conceito de “ação conectiva” como fenômeno qualitativamente diverso da “ação coletiva” no caso de São Paulo, reconhecemos a necessidade de ampliação do conjunto de pesquisas na área, principalmente no que se refere aos elementos constitutivos da “ação conectiva” e aos “efeitos” dessas dinâmicas para os movimentos. A forma de utilização da internet em São Paulo e no Rio Grande do Sul difere, detectando-se maior centralidade das redes no caso do SP. Assim, não pode ser identificada uma transformação uniforme das dinâmicas da ação coletiva pela incorporação das novas tecnologias. Os modos de incorporação das tecnologias variam a depender de fatores contextuais a serem explicitados. Ainda, nos casos em que se reconhece a internet como estrutura de mobilização, questões como a relação com outros atores (mídias tradicionais, autoridades políticas) na disputa pelo enquadramento da ação é outro tema a ser amplamente investigado.

## **Referências bibliográficas**

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, v. 76, p. 49-86, 2009.

ARAÚJO, Hugo. Alunos acampam em escola estadual de Diadema contra a reorganização da rede, 2015. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/11/10/alunos-acampam-em-escola-estadual-de-diadema-contr-a-reorganizacao-da-rede.htm>> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. Cambridge University Press, 2013.

BORGES, Cauê. Da crítica ao autonomismo à gestação do novo: o que aprendemos nas ocupações secundaristas? 2017. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/01/110360>> Acesso em: 29 de janeiro de 2017.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M.. Escolas de luta. São Paulo: Veneta (Coleção Baderna), 2016.

CAPRIGLIONE, Laura. Em áudio vazado, Secretaria da Educação fala em abrir ‘guerra’ contra escolas ocupadas, 2015. Disponível em: <<http://painelacademico.uol.com.br/painel-academico/5627-em-audio-vazado-secretaria-de-educacao-fala-em-abrir-guerra-contr-a-escolas-ocupadas>> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

CORDEIRO, Leonardo; MARTINS, Caio. Revolta popular: o limite da tática, 2014. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2014/05/95701>>. Acesso em: em 29 de janeiro de 2017.

DATAFOLHA. Avaliação do governador Geraldo Alckmin. PO 813824, 25 e 26 de novembro de 2015.

FACHIN, Patricia. A ocupação de escolas é o filho mais legítimo de Junho de 2013. Entrevista especial com Pablo Ortellado. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/555196-a-ocupacao-de-escolas-e-o-filho-mais-legitimo-de-junho-de-2013-entrevista-especial-com-pablo-ortellado>> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

FAIRCLOUGH, Norman; DE MELO, Iran Ferreira. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Linha d'Água, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FARINA, Erik; SCIREA, Bruna. O que move as ocupações de escolas no Estado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/05/passa-de-100-o-numero-de-escolas-ocupadas-no-rs-diz-sindicato.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

G1-RS. Governo do RS fecha acordo com estudantes para desocupar escolas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/06/governo-do-rs-fecha-acordo-com-estudantes-para-desocupar-escolas.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. Passa de 100 o número de escolas ocupadas no RS, diz sindicato. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/05/passa-de-100-o-numero-de-escolas-ocupadas-no-rs-diz-sindicato.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

GUILHERME, Paulo. Veja a lista das 93 escolas da rede estadual de SP que serão fechadas, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/veja-lista-das-94-escolas-da-rede-estadual-de-sp-que-serao-fechadas.html>> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

LAMEIRÃO, Adriana Paz. Sobre as ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2016/06/14/sobre-as-ocupacoes-de-escolas-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

MASELLI, Juliana. Paola Carosella cozinha em escola ocupada por estudantes em São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2015/12/paola-carosella-cozinha-em-escola-ocupada-por-estudantes-em-sao-paulo.html>> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

BASTIAN, Mathieu et al. Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. ICWSM, v. 8, p. 361-362, 2009.

MELO, Itamar. O que levou as ocupações de escolas a se espalharem pelo interior do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2016/05/o-que-levou-as-ocupacoes-de-escolas-a-se-espalharem-pelo-interior-do-rio-grande-do-sul-5811057.html>> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

PALHARES, Isabel. Virada Cultural em escolas ocupadas terá Paulo Miklos e Criolo, 2015. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,virada-cultural-em-escolas-ocupadas-tera-paulo-miklos-e-criollo,10000003553>> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

SÃO PAULO. Decreto Nº 61.672, de 30 de novembro de 2015. Disciplina a transferência dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação e dá providências

correlatas. In: Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, v. 125, n. 222, 1º de dezembro de 2015, Seção I, P.1.

SNOW, D. A.; BENFORD. R. D. Master Frames and Cycles of Protest. In: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg (orgs.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

SOARES, Will. Ato de estudantes tem confronto em frente a sede do governo de SP, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/alunos-de-escolas-estaduais-fazem-ato-contr-reestruturacao-de-ensino.html>> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

SUL21. Um dia após desocupação truculenta feita pela BM estudantes protestam e apoiam professores. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/um-dia-apos-desocupacao-truculenta-feita-pela-bm-estudantes-protestam-e-apoiam-professores/>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

TARROW, Sidney G. *Power in movement: Social movements, collective action and politics* (3ª edição). Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

TOKARNIA, Mariana. Contrários a novo modelo de gestão, estudantes ocupam 27 escolas em Goiás, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-01/contrarios-novo-modelo-de-gestao-estudantes-ocupam-27-escolas-em-goias>> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.